

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo

Fausto Viana¹

Resumo

O artigo apresenta dados obtidos no que se refere à roupa fúnebre empregada no Brasil, no período entre 1890 e 1930, em São Paulo e Minas Gerais². Roupa fúnebre é, nesse estudo, o traje utilizado por um morto na hora do seu sepultamento. Dele fazem parte os acessórios essenciais que ajudam a compor a simbologia da personagem que representam. É o caso da espada de São Miguel (roupa usada no enterro de crianças) ou a coroa de flores em Nossa Senhora (usada por muitas pessoas). Ressalta-se que a morte como ritual de passagem é muito distinta nas mais diversas culturas e que a forma com que se lida com ela também difere enormemente. Alerto para o impacto das imagens, que podem impressionar o leitor mais desatento.

Palavras-chave: Traje fúnebre. Mortalha. Roupa funerária.

Funerary costume or Don't cry because it will wet the angel's wings

Abstract

This paper presents information about funerary costumes in Brazil from 1890 and 1930, in the states of São Paulo and Minas Gerais. A funerary costume is, in this study, the clothes dresses by a dead person at the moment of his/her burial. Accessories that are essential to compose the symbol represented are part of it. It is the case of the sword of Saint Michael (often used in the burial of children) or the flower crown in Our Lady (used by many people). We highlight that death as a ritual of transition is very distinct in the most varied cultures and the way people deal with it is widely different. I warn the reader about the impact of the images that may impress the reader.

Keywords: Mourning costume. Shroud. Funerary costume.

1

Professor de cenografia e indumentária da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Doutor em Artes e em Museologia. Autor do livro *O figurino teatral e as renovações cênicas no século XX*, entre outros. E-mail: faustoviana@usp.br

2

Esse período foi chamado de República do café com leite, com alternância, na Presidência da República, de paulistas e mineiros. O artigo, inédito, é um dos resultados da pesquisa *Tramas do café com leite*, idealizada pelo autor e financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Roupa fúnebre não era um dos temas principais da pesquisa *Tramas do café com leite*³. Inicialmente, as categorias têxteis investigadas envolviam trajes militares, eclesiásticos e civis. Os civis foram subdivididos em social, regional, profissional, roupa interior e traje de cena, minha área principal de pesquisa. Por sua natureza, o estudo do traje de cena exige um bom conhecimento das outras categorias.

Essa categorização é oriunda da classificação empregada em museus para catalogar trajes. Claro que é um sistema aberto, que possibilita a inclusão de novos itens. Um bom exemplo seria o traje de luto, usado por períodos de maior ou menor extensão, ao longo da história, e que poderia ser incluído na categoria traje civil. Tal é sua importância que o The Costume Institute, do Museu Metropolitano de Nova York, realizou, entre 21 de outubro de 2014 e fevereiro de 2015, a exposição *Death becomes her - a century of mourning attire*.

Há uma categoria, no entanto, que nem sempre recebe atenção específica em alguns museus e que oferece inúmeras possibilidades de estudo, interpretação e pesquisa, que são as roupas fúnebres, os trajes usados por mortos no momento do seu sepultamento.

Poder-se-ia pensar que é apenas natural que esses trajes não estejam nos museus, porque desapareceram com os mortos.

Essa não é uma verdade. Apenas como exemplo e para oferecer uma fonte de pesquisa, a Fundação Abegg-Stiftung, em Berna, na Suíça, tem inúmeros exemplares de roupas usadas em sepultamentos, como uma túnica infantil do ano 660 d.C., e a do bispo Nikolaus Schiner, que estava em uma tumba aberta em 1960, mas que datava de 1510. Mechthild Flury-Lemberg, conservadora da coleção, escreveu que: "Na verdade, as descobertas funerárias são uma fonte vital de informação sobre os trajes de culturas do passado" (FLURY-LEMBERG, 1988:233). Seu livro, *Textile conservation and research*, é obra fundamental para os interessados em conservação e restauro de têxteis.

Durante a pesquisa *As tramas do café com leite*, descobrimos inúmeros relatos que tratam de enterros, velórios e suas variantes na literatura e na história brasileira. Muitos desses casos são muito engraçados, como os apresentados pela escritora Cora Coralina, em *Procissão das Almas*, ou do

3

O relatório final da pesquisa realizada entre fevereiro de 2007 e junho de 2010 pode ser acessado em: <http://tramasdocafecomleite.files.wordpress.com/2009/06/relatorio-final-01.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

defunto que revive-e-remorre, em *O Lampião da Rua do Fogo*, do qual fica destacada a descrição da preparação do defunto e do velório:

Seu Maia morreu. Os companheiros tomaram conta do corpo. Vestiram-lhe o fato preto de sarjão, que tinha sido do casamento. Calçaram meias, ajuntaram-lhe as mãos no peito. Pream as pernas e passaram um lenção branco, bem apertado, no queixo. Chamaram um canapé, largo de palhinha, para o meio da sala, deitaram o cadáver, cobriram com um lençol. Cuidou-se do pucarinho de água benta, com seu ramo de alecrim. Acenderam-se as quatro velas e, nos pés do morto, botou-se um caco de telha com brasa e grãos de incenso. Era assim que se arrumava defunto em Goiás, antigamente⁴.

A descrição, datada de cerca de 1900, é adequada ao processo de preparação executado em muitas regiões do país ainda hoje, principalmente em locais mais distantes dos grandes centros urbanos. O tema é incômodo, porque esbarra em uma temática que vai atingir todo e qualquer ser humano ainda vivo. Há um misto de galhofa e pavor na maioria dos casos em que se aborda o tema: é engraçado, mas, ao mesmo tempo, faz pensar. Diverte, mas preocupa. Quer assustar alguém? Basta tratar deste assunto da forma popular, ou seja, no formato de "causo". Porque o imaginário popular dá um suporte sem limites a esse tipo de preocupação humana.

Álvares de Azevedo, em *Noite na Taverna*, evoca o fantástico e o sobrenatural. Solfieri, uma das personagens, conta como violou um caixão que estava semiaberto e encontrou dentro dele uma mulher pela qual nutriu imensa paixão. Necrofilia?

Abri-o: era o de uma moça. Aquele branco da mortalha, as grinaldas da morte na frente dela, naquela tez lívida e embaçada, o vidrento dos olhos mal apertados... Era uma defunta!... e aqueles traços todos me lembraram uma ideia perdida⁵.

Na linha da comicidade, a escritora Adriana Lopes⁶ relata, no conto *Manga com velório faz mal*, como na década de 1930 seu pai, então

4

CORALINA, Cora. *Estórias da casa velha da ponte*. São Paulo: Global, 2006, p. 65.

5

AZEVEDO, Álvares. *Noite na taverna*. Versão online para o texto de 1855, disponível para download em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000023.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2014.

6

LOPES, Adriana. *Histórias do pito aceso*. São José do Rio Preto: Ativa Editora, 2004.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

criança, se recusara a seguir um costume antigo: beijar o pé do defunto no velório feito dentro de casa, no interior de São Paulo (como diz Cora Coralina). A roupa do defunto tinha que ser a melhor possível, e este é justamente o ponto que interessa aqui: a roupa como mortalha, o traje que veste o invólucro material justamente no momento em que a alma se desprende dele para a vida além-corpórea.

A metodologia de pesquisa empregada foi a seguinte:

- Levantamento de material bibliográfico sobre o tema, referente ao período 1890-1930, em São Paulo e Minas Gerais.
- Levantamento iconográfico sobre o tema no mesmo período e anterior.
- Entrevistas com donos de funerárias atuais.
- Cruzamento de informações que resultaram em um documento síntese, do qual se extraiu este artigo.

“Entre nós, o estudo da morte de uma perspectiva histórica é incipiente”, disse o pesquisador João José Reis⁷, professor titular da Universidade Federal da Bahia. Ele discursa, ainda, sobre a dificuldade de se encontrarem os diversos estudos sobre os ritos funerários, “já que a produção historiográfica no Brasil é insular, ou seja, circula em ambientes restritos, dentro das fronteiras de cada Estado, cidade, ou até de cada departamento universitário” (REIS, 2007:112). Reis também é autor do livro *A morte é uma festa*, fonte fundamental para os estudos sobre os ritos mortuários no Brasil.

Este artigo, portanto, antes de ser apenas um relato curioso sobre traje mortuário, é um estímulo para que novos estudos nessa área surjam. Seu caráter panorâmico –, ou seja, perpassa temas sem se ater exclusivamente a um deles – cumpre o papel de abrir possibilidades de pesquisa, oferecendo ao leitor caminhos iniciais a serem trilhados.

7

Veja mais em *Fontes para a história da Bahia no século XIX*, disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=377&layout=abstract>>. Acesso em: 11dez. 2014.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Os primórdios – alguns casos dignos de nota

Não seria justo, mais uma vez, com o agrupamento original de brasileiros – os povos indígenas – que eles fossem deixados de lado, nessa busca por trajes ritualísticos de morte. Infelizmente, em 1890, um verdadeiro massacre já havia sido cometido contra as comunidades indígenas – e não apenas restrito aos estados de São Paulo e Minas.

Os povos do Brasil já tinham passado, em 1890, por diversos períodos de experiências colonizadoras e catequizadoras. Direcionando o olhar para o traje usado no rito indígena de passagem (ciclo funerário), podemos observar instâncias diferentes. Há o índio já totalmente incorporado às tradições funerárias europeias, que receberam roupagem local, como será visto a seguir. Há o índio mestiço, que desenvolve parte dos dois rituais. Há, também, as comunidades que mantêm seus ritos como executados em tempos remotos – muitos dos quais ainda acontecem.

Naturalmente, são agrupamentos demais e muito dispersos, para que se consigam reunir elementos sobre todos eles.

Benedito Prezina, uma fonte muito importante no que se refere aos estudos indígenas, escreveu sobre um agrupamento, os aimorés:

Os aimorés – mais tarde chamados botocudos, que eram um povo que morava no sul da Bahia e em várias regiões de Minas Gerais – acreditavam em espíritos bons e maus e na sobrevivência da alma depois da morte. A Lua era o grande espírito do bem, que protegia a todos. Enterravam os mortos em buracos não muito fundos, com braços dobrados sobre o peito e as pernas sobre a barriga. Em cima da sepultura, construíam uma pequena cobertura com estacas e folhas, procurando sempre enfeitá-las com penas e peles de animais, pois acreditavam que assim os mortos, que sempre voltavam ali, ficariam contentes de ver sua casa arrumada (PREZIA, 2000:35).

A Figura 1 mostra que, pelo menos nesse caso, não há uma indumentária usada na morte. A gravura de Rugendas, publicada em 1835, na Europa, mostra apenas uma índia com uma tanga, provavelmente de

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

algodão, que o indígena sabia trabalhar e tecer. Os demais – incluindo o falecido – estão nus. Sabe-se também que, em outras comunidades, o corpo do morto era enrolado em uma esteira de palha e colocado dentro de um cesto, na água do rio. Queimava-se tudo que era dele, inclusive a maloca. Como parte da conclusão do *ritus* de passagem, seus ossos eram resgatados depois de algum tempo e raspados de toda a carne ainda restante. Os ossos, depois, eram dispensados no rio. A ação toda é muito complexa e leva bastante tempo. Outra atitude que ainda acontece, segundo relatos⁸, é enterrar o corpo na esteira no chão da própria casa em que morava o falecido indígena. Alguém deve ir lá, todo dia, e regar com água a área onde o corpo está enterrado, para que depois se possa cumprir ritual semelhante ao descrito acima.

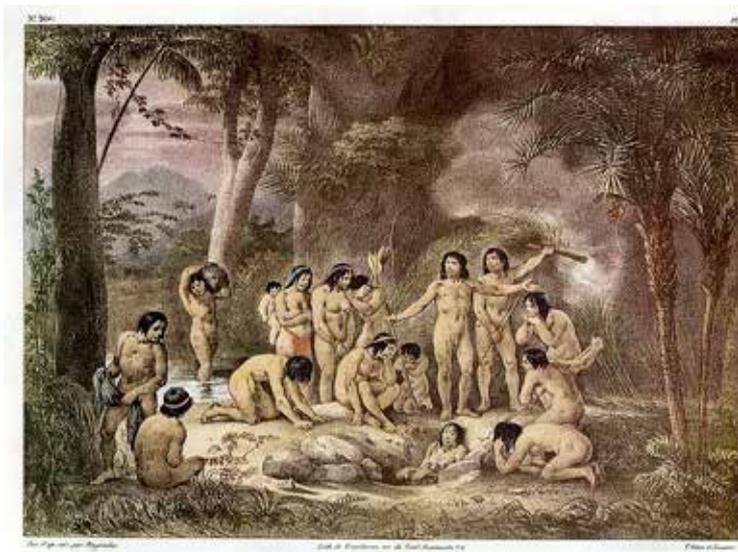


Figura 1 :: Gravura de Rugendas (1835) mostrando o enterro de um índio aimoré.

Investigo, sem conclusões até o presente momento, a presença da pintura corporal e em que tonalidades ela se daria no caso funerário. Não seria impossível considerar, dentro desse viés cultural tão distinto do nosso, a pintura corporal como roupage, devendo ser estudada e compreendida em seus méritos. Prezia escreveu que: “A pintura corporal para os kaiapó é sua roupa e ao mesmo tempo sua escrita” (PREZIA, 2000:39).

8

O Museu Paranaense mantém em sua página um relato de rito funerário bororo, que pode ser acessado em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/kozak/plotagemD_cvs_2.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Quando aqui chegaram, em 1500, os portugueses encontraram nações indígenas que andavam sem roupas, no sentido europeu do termo. O que eles usavam eram adornos e outro tipo de traje destinado a ritos próprios.

Havia trajes para rituais funerários, não para quem morria e sim para quem ficava para cuidar da passagem do morto. Mas a pintura corporal já era uma constante, como atesta a própria Carta do Descobrimento:

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. (...) Andava aí um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não que a mim me parecesse que lhe tinham acatamento ou medo. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha. (...) Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo, pareciam bem assim.

Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha⁹.

Para maior levantamento imagético sobre o tema ritual funerário indígena, indico a obra de Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *Estou aqui. Sempre estive. Sempre estarei. Indígenas do Brasil. Suas imagens (1505-1955)*, publicada em São Paulo pela EDUSP em 2012. Liliane Brum Ribeiro traz muitas informações sobre esse tema, em sua dissertação de mestrado *Limpando ossos e expulsando mortos: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiras através de uma revisão*

9

Trechos extraídos da carta de Pero Vaz de Caminha, disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf. Acesso em: 09 nov. 2014.

*bibliográfica*¹⁰. O trabalho foi defendido na Universidade Federal de Santa Catarina em 2002.

Ritos funerários de brancos

A Figura 2, quase do mesmo período da gravura de Rugendas, mostra o interior dos caixões e, em cima da mesa, curiosidades no que se refere ao traje mortuário. Pode-se, inicialmente, julgar que os três são representações de santos, mas a verdade é que são desenhos de pessoas normais que escolheram – algumas por testamento – ser enterradas e despachadas desta vida com um traje de santo. Na Figura 2, estão representados São Francisco, Nossa Senhora da Conceição e Santa Rita de Cássia. O hábito de vestir roupas de santo, introduzido no país pela colonização portuguesa, perdurou por muito tempo.



Figura 2 :: Aquarela de Debret chamada Diversas formas de caixões funerários (1820-1830).

De acordo com João José Reis, o guarda-roupa fúnebre era especial, em particular nos meios urbanos.

10

O trabalho completo pode ser acessado em: <<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d12-iribeiro.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Até meados do século passado (XIX), poucos indivíduos usavam roupas seculares, a roupa do dia-a-dia, em seus funerais. (...) No Rio de Janeiro, as roupas de uso vestiram apenas 13% dos mortos para os quais temos informações a esse respeito. Os demais defuntos iam à sepultura vestidos principalmente de mortalhas de santos, destacavam-se, para as crianças, a de Nossa Senhora da Conceição, para os adultos o hábito de Santo Antônio (REIS, apud NOVAIS, 1997:110).

O professor Reis destaca a importância dos testamentos e dos inventários¹¹ em suas pesquisas. Percebe-se, em seu texto já citado, *Fontes para a história da morte na Bahia no século XIX*, que sua predileção recai nos testamentos: “Os testamentos formam a base documental principal de estudos sobre a morte e representam talvez a fonte primária mais rica sobre o assunto. Mas o que é que o testamento tem?” (REIS, 2007:112). Ele esclarece que o testamento era feito por uma pessoa letrada e que possuía uma fórmula para isso, ou seja, um formato legal que incluía os dados da pessoa, seus desejos e motivações, patrimônio e outras informações fundamentais para o pesquisador.

Para exemplificar, cita o testamento de Tereza Luiza da Rosa, de 1818, em Salvador:

“Em nome de Deus, Amém. Eu Tereza Luiza da Rosa, estando gravemente enferma, mas em meu perfeito juízo e entendimento segundo Deus foi servido dar-me, e querendo por minha alma no caminho da salvação, faço esse testamento na forma seguinte: (...); deixo a minha sobrinha Maria Luiza 20\$000 por esmola. (...) **O meu corpo será amortalhado em hábito de São Francisco** e enterrado na matriz desta Vila ou na de onde falecer, acompanhado de meu reverendo pároco e dez sacerdotes, (...) e me acompanharão as irmandades de que sou irmã, e se pagarão a elas o que eu dever” (ibidem, 113, grifo nosso).

Tereza da Rosa compartilhava o gosto dos paulistas, foco do estudo de *As tramas do café com leite*. Reis destaca que, em São Paulo, 40% dos

11

Os inventários, segundo Reis, eram mais raros e traziam muitas informações úteis também, como os bens do morto, suas dívidas, despesas funerárias, custo da mortalha e outras.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

pedidos em testamento eram por São Francisco e depois Nossa Senhora do Carmo, com 25%¹².

É curiosa a opção dos paulistas, tão apegados ao patrimônio, por São Francisco. Francisco, o homem, era filho de um vendedor de tecidos, rico e poderoso, pelo que conta a história. Após uma expedição militar mal sucedida, Francisco entra em contato com o mundo espiritual e perde o interesse pelos bens materiais. O pai exige a devolução de tudo que ele tinha recebido até aquele instante. Francisco o atende imediatamente, tira todas as suas roupas. Fica nu em público e é coberto pelo manto de um sacerdote. Posteriormente, passa a se vestir de trapos.

O tecido marrom da túnica de São Francisco não poderia ser mais apropriado nesse caso. Os tecidos marrons e outros desbotados em geral eram vendidos a preços muito populares na Idade Média, pois eram de uma tonalidade muito fácil de conseguir. Os tecidos marrons apresentavam erros de tingimento e, por isso, tinham seus preços reduzidos. Simbolicamente, o marrom representa a cor da terra – de cujas tentações fugiam São Francisco e quase todos os santos –, mas também simbolizava a força, a resistência de perseverar na sua missão.

Além disso, a túnica de São Francisco tem forma e corte próximos à de Jesus, símbolo da maior doação de amor que o mundo já conheceu na tradição cristã. Esse tipo de túnica, na verdade, é um dos cortes mais básicos que se pode fazer com dois pedaços de pano. Do ponto de vista da sexualidade, sua expressividade fica quase nula – o corpo fica oculto, não revelando os atributos de quem a veste. Não há a valorização dos órgãos genitais, como na maior parte das roupas masculinas contemporâneas. O cinto garante a praticidade do traje na hora do trabalho – braçal, inclusive.

Na visão de João José Reis, São Francisco tinha um lugar de destaque na fé católica:

Uma tela setecentista na parede do consistório do convento franciscano de Salvador retrata-o resgatando almas do purgatório com a ajuda do cordão de seu hábito. Diz a tradição que, certamente com a permissão de Deus, ele fazia expedições periódicas àquela zona celeste com o objetivo de resgatar almas ali

12

O levantamento apresentado por Reis foi feito por Sandra P. L. de Camargo Guedes, na dissertação de mestrado, defendida na FFLCH – USP, *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*, em 1986.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

encarceradas. Imaginava-se que os mortos vestidos com seu hábito pudessem ser favorecidos nessas aventuras franciscanas (*ibidem*, 113).

Assim, duas abordagens, no mínimo, podem ser feitas. Na primeira, espera-se que o traje ajude a receber o socorro divino. No outro caso, em avaliação menos modesta, a entrada no Paraíso fica garantida pelo uso da roupa. Um verdadeiro lobo em pele de cordeiro, já que o requisito apregoadado pela própria crença na humildade ficaria esquecido.



Figura 3 :: Santo Antônio.



Figura 4 :: São Francisco.

Como se vê nas Figuras 3 e 4, diferenciar o traje de Santo Antônio (outro dos preferidos nos sepultamentos) e São Francisco é (quase) impossível. Santo Antônio entrou na ordem fundada por São Francisco, eis a razão. Assim, o que diferencia um santo do outro é o menino Jesus – acessório que não vai para o túmulo, naturalmente, e o ramo de lírios de Santo Antônio. São Francisco sempre é representado com as pombas.

O hábito de se trajarem roupas de santos nos enterros já era um costume em Portugal no período medieval.

O traje de Santa Rita teria surgido a partir do costume de se usar uma mortalha negra – hábito que se difundiu na corte, no Rio de Janeiro, principalmente entre as mulheres casadas. “Quando combinado com um

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

crucifixo em volta do pescoço, obtinha-se o hábito de Santa Rita, protetora dos que sofrem”, esclarece Reis (*ibidem*:111).

A mortalha branca, muitas vezes empregada até hoje em regiões do nordeste do país, tem origem no próprio Santo Sudário, o pano que teria enrolado o corpo de Jesus Cristo antes da ressurreição.

O uso de vestes especiais brancas – nem sempre fáceis de conseguir e nem sempre baratas – está no relato de Cora Coralina sobre uma escrava que mexe nas roupas da senhora, uma rica mulher, no período entre 1900 e 1910.

Roxa abriu o quitungo, tirou e estendeu com cuidado a camisa e a vasta saia bordada, franzida em tufos engomados e que era para vestir a senhora Dona Manoela, depois de morta¹³.

A roupa fúnebre dos negros

Os negros eram a maioria da população no Brasil, no início do século XIX. Johann Moritz Rugendas, em seu *Viagem pitoresca através do Brasil*, cita que o total de escravos é de 1.987.500, enquanto os homens brancos são 843.000. Isso foi em 1835.

Em 1872, o número de brancos e pardos era quase igual, enquanto o de negros era um pouco menor. No período abrangido pela pesquisa *As tramas do café com leite*, entre 1890 e 1930, o número de brancos dispara, graças à imigração europeia e de outros países para o Brasil, enquanto o nível de pardos permanece igual aos índices de 1872. O número de negros no período sobe e se iguala ao de pardos¹⁴.

O descaso com a população negra já começara, no entanto, muito antes. G.W. Freireyss, um viajante que esteve no Brasil entre 1814 e 1815, escreveu na sua obra *Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814 e 1815*:

Próximo à Rua Vallongo está o cemitério dos que escapam para sempre à escravidão. Em companhia do meu amigo dr. Schaeffer, que chegou aqui a bordo do

13

CORALINA, Cora. *O tesouro da casa velha / As capas do diabo*. São Paulo, Global, 2002, p.75.

14

Os dados são do IBGE, em sua página: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros/populacao-negra-no-brasil>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

navio russo SUVAROW, em maio de 1814, em viagem ao redor do mundo, visitei este triste lugar. Na entrada daquele espaço, cercado por um muro de 50 braças em quadra, estava sentado um velho com vestes de padre, lendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados da sua pátria por homens desalmados, e a uns 20 passos dele alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícios mortos e, sem se darem o trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro. No meio deste espaço havia um monte de terra do qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas que tinham carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido enterrados. Nus, estavam assim apenas envoltos numa esteira, amarrada por cima da cabeça e por baixo dos pés¹⁵.

Em 1890, marco inicial de *As tramas do café com leite*, a situação dos negros não era tão melhor assim. Apesar de alforriados, ainda não haviam conquistado poderio econômico. Suas roupas funerárias, portanto, não exibiam a ostentação permitida aos brancos. Mas havia exceções: os negros que enriqueceram; os negros que eram ligados às irmandades religiosas, que arcavam com as custas funerárias; as arrecadações que a própria comunidade de negros fazia, quando um negro morria.

A cor das roupas mortuárias dos negros não variava em relação à roupa dos brancos. São dados importantes:

-O uso de mortalhas pretas aumentou desde o início do século XIX, em Salvador e no Rio, até entre os escravos e mesmo no interior.

-O interior fluminense – especificamente Campos –, em meados do século XIX, vestia seus escravos para a morte sobretudo de branco (55%), fosse com mortalha ou lençóis.

-Mortalhas brancas de tecido e algodão ordinário eram populares entre os africanos, no Rio e em Salvador, pois o branco é a cor fúnebre de muitos grupos étnicos da África, como os nagôs, jejes, angolas, congos e os muçulmanos em geral. Entre os congos, o mundo dos mortos é

15

A obra foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1907.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

o “reino branco”. Mas o branco também tem importantes significados no simbolismo da morte cristã¹⁶.

Carlos Eugênio Marcondes de Moura reuniu, na publicação *A travessia da Calunga Grande – Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*, uma impressionante coleção iconográfica, que traz imagens fundamentais para o entendimento das cerimônias fúnebres de negros no século XIX. Entre outras, *Funeral de um negro*, de Henry Chamberlain, de 1822 (p. 354); *Enterro de uma negra*, de Debret, datada entre 1834-1839 (p. 415); *Enterro de um negro na Bahia*, de Rugendas, 1835 (p. 477).

Anjinhos que partem

A primeira vez em que travei contato com fotos pós – algumas *pré-mortem* – de crianças foi no livro *Sleeping Beauty – Memorial Photography in America*, de Stanley Burns, de 1990. Foi especialmente impressionante por vários motivos, mas o fato mais surpreendente foi o livro se chamar *A bela adormecida* e estar disponível em uma biblioteca de um centro binacional de cultura, na cidade de São Paulo, onde trabalhava nos idos de 1995.

São fotos de pessoas mortas, especialmente retratos funerários. A maioria das fotos datava de 1840-50. Todas tinham uma carga dramática que tornava difícil entender o porquê da sua existência. Por que retratar um menino morto junto ao seu brinquedo favorito? Por que o pai se deixa fotografar com uma menina morta nos braços?

O anúncio de um dos fotógrafos – Southworth and Hawes, de Boston, em 1846 – fornecia algumas pistas sobre o rito que pareceu sórdido então:

Fazemos miniaturas de crianças e adultos instantaneamente... E de pessoas falecidas em nossas instalações ou em residências privadas... Transformamos as grandes dores em miniaturas agradáveis e satisfatórias de pessoas falecidas, e elas são frequentemente tão naturais que até para os artistas elas parecem estar dormindo (BURNS, 1990:35).

16

Dados selecionados ao longo do texto supracitado de REIS apud NOVAIS.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Por anos convivo com essas imagens, que me causam uma inquietação brutal. Aos poucos, foram se acrescentando a elas novas iconografias. Na sequência, vieram as fotos de Martin Chambi, fotógrafo peruano que, em 1930, fez a foto de número 7. Trata-se de um enterro de criança em Cusco, onde uma verdadeira representação está montada. Há cenografia – flores, esculturas, tecidos, apoios. Há iluminação – os anjos laterais têm a função de segurar a luz elétrica, que foi apoiada em suas mãos. Os anjos acumulam papéis, pois, além de serem do suporte técnico (luz), ainda são personagens coadjuvantes no espetáculo da morte, em que o protagonista é o defuntinho puro de branco.

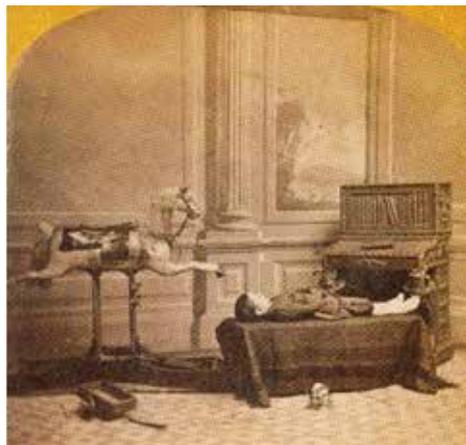


Figura 5 :: Criança e cavalinho de balanço. S.Bullock. Stereoview, 1868.



Figura 6 :: Pai com sua filha morta. Anônimo. Daguerreótipo, 1844.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana



Figura 7 :: Criança sendo velada, Cusco, 1930. Fotografia de Martin Chambi (Peru).

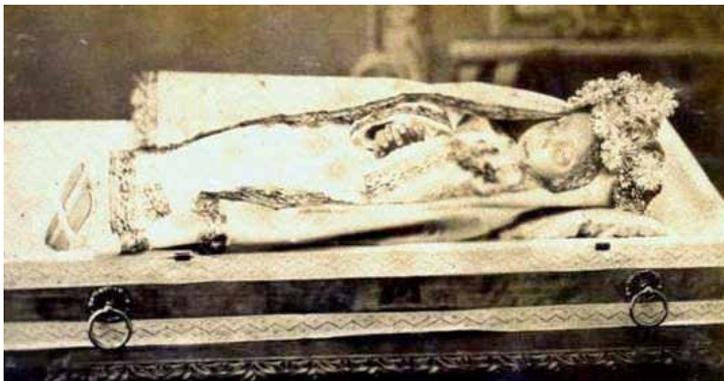


Figura 8 :: Fotografia sem título, de Militão Augusto de Azevedo (1879). Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Posteriormente, veio a foto da Família Prado, em que um dos filhos mortos estava “presente” por meio de um retrato sobre uma mesa, no meio de todos os outros vivos. Nada mórbido, porém. Mas foi essa imagem da Família Prado que me fez entender mais profundamente o que é a dor de tirar uma foto dessas propostas pelos norte-americanos – é a garantia de que as dores da ausência que virão no futuro serão amparadas pela presença do falecido que está na foto, cujo corpo decomposto na matéria permanece intacto na fotografia.

O processo todo pode ter um quê de egoístico da parte de quem permanece vivo, mas... O que fazer diante da dor dos outros? Como diz

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Susan Sontag, trata-se de uma visão do sofrimento, da dor dos outros, que está enraizada no pensamento religioso e vincula dor ao sacrifício¹⁷.

Assim, aparentemente falta aos retratos posados, *forçados*, o que a fotografia pode oferecer de mais rico, quando capta momentos espontâneos e com movimento. No entanto, são momentos de êxtase, loucura, agonia, incompreensão, de impotência diante do sobrenatural. Isso tanto nos retratos americanos como no estúdio armado para o menino peruano (De 1990 para cá, data do contato com as fotos, me tornei pai, o que potencializou o estarecimento diante das fotos).

Durante a pesquisa, encontrei o artigo de Luiz Lima Vailati sobre retratos mortuários de crianças no século XIX em São Paulo e Rio de Janeiro. Baseando-se no acervo fotográfico do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Vailati oferece a perfeita complementação para que se entendam as roupas usadas no enterro de crianças no estado de São Paulo e, por extensão, em Minas Gerais.

Como ficou claro no decorrer da investigação levada a cabo no doutoramento, a enorme importância dada aos funerais de criança decorria de uma crença não só na positividade da morte infantil – morrer criança era garantia de salvação – como também nos poderes de intercessão das crianças mortas junto às autoridades celestes em favor dos seus (VAILATI, 2006).

Reis cita que, já em 1817, as crianças falecidas eram chamadas de anjinhos, símbolo da pureza intocada, liberta de pecados humanos. Como se tornariam depois da morte verdadeiros agentes da salvação, as crianças recebiam o traje fúnebre de acordo com a necessidade familiar, ao que tudo indica.

Os meninos, por exemplo, usavam muito o uniforme militar de São Miguel Arcanjo – que no Rio incluía túnica, botas vermelhas, cinto, capacete dourado, armadura e espada – uma fantasia apropriada a um tipo de morto que, segundo o imaginário popular, se batizado, era imediatamente incorporado ao exército angelical comandado por São Miguel (REIS apud NOVAIS, 1997:113).

17

O título do livro de Sontag é *Diante da dor dos outros*. No livro, ela trata de fotos de guerra que são banalizadas e mostradas por todos os lados, como exploração midiática.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Sendo São Miguel o Chefe dos Exércitos Celestiais e o Arcanjo da Justiça, a criança passaria a ser a guardiã dos pais na vida e na morte.

Com altos índices de mortalidade infantil, os meninos também se vestiam de São João Batista e as meninas, de Nossa Senhora da Conceição (ver Figura 8), ambos santos patronos da fertilidade no Brasil (*idem*). Reis aponta que, ao agir dessa maneira, “os pais parecem querer reparar a perda dos filhos com gestos que propiciassem a sobrevivência de futuros rebentos” (*idem*).

Outro traje típico dos enterros infantis era a bata de anjo (e com asas, como se vê na Figura 9), tão comum nas procissões atuais no interior de Minas Gerais. Com relação às cores utilizadas, Vailati esclarece que:

No que se refere às mortalhas que aparecem nas fotografias aqui analisadas, constata-se, entre outras coisas, o uso do branco (Figura 9). Esse costume, para a cidade de São Paulo, encontra apoio em outros e mais antigos registros. Segundo, por exemplo, o que nos dizem os livros de assentamento de óbito, o branco era, com enorme vantagem, a mortalha mais utilizada para as crianças, correspondendo a 65% do total de registros computados, encontrada em 68,1% dos registros de livres, em 78% dos de escravos e em 88,9% dos de forros.

A isso acrescentamos a constatação de que a cor branca predomina também em outros elementos dos funerais de crianças. (...) Nos primeiros tempos do cristianismo, o branco era a cor que representava os mártires da Igreja, para depois ser substituída pelo vermelho – esta última é, por sinal, a segunda cor mais utilizada nas mortalhas de criança na cidade de São Paulo e está presente em outros elementos que compõem a cultura material mortuária infantil; nas fotografias, alguns tons de cinza sugerem sua presença (...). Isso testemunha a existência de uma forte identificação entre a criança e os mártires, associação já observada por outros historiadores na Europa, bem como entre a morte infantil e o sacrifício, nas quais já é possível entrever uma concepção que investe a criança de atributos de santidade (VAILATI, 2006).

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana



Figura 9 :: Cadáver de criança, filho de Custódio José Maria Braga. 1880. Fotografia de Jerônimo Bessa. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.



Figura 10 :: Retrato mortuário de Olga Marcondes de Matos, autoria De Nicola, 1895. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

A menina da Figura 10 quase não denuncia que está morta, não fossem seus pezinhos apoiados por uma fita, o travesseiro nas costas dando suporte e um olhar perdido. O esmero de seus trajes é notável – vestido, saíote, meias finas, sapatos com laçarotes – e, pela qualidade, indica ser uma menina de origem social alta. Seus trajes são brancos, plenos de rendas e fitilhos, mostrando uma peça de influência francesa nítida. O processo fotográfico por si só já era caro e impedia o acesso de muitas camadas a esse tipo de registro. Eram feitos, normalmente, em formato *carte-de-visite* e traziam, no verso, anotações sobre o falecido.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Reis afirma que os anjinhos eram maquilados, enfeitados com coroas de flores, vestidos com mortalhas coloridas e para eles não se deveria chorar, esclarecendo que encontrou uma provável explicação para esse ato que parece incoerente com o fato – não chorar com a morte de um filho – em Maynard Araújo, que, pesquisando a cultura caipira paulista, coletou, já na metade do século XX, que não se deveria chorar, para não molhar as asas do anjo que vinha recolher o anjinho (REIS apud MORAIS, 1997:113).

Roupa fúnebre - reflexos na contemporaneidade



Figura 11 :: Mortalidade Infantil - Ouricuri, Pernambuco, 1984. Autor: Ricardo Malta.

Não se teve notícia, até a presente data, de enterros atuais realizados com roupas de santos. Também não foram encontrados, entre São Paulo e Minas, enterros de anjinhos com asas e batinha. Mas eles foram encontrados, aos montes, nas procissões, cumprindo promessas alheias. Não se duvida, no entanto, de que o hábito se mantenha em localidades menos urbanas às quais a pesquisa não conseguiu acesso até o presente momento.

A Figura 11, no entanto, mostra que a tradição se mantém no caso da cidade de Ouricuri, em Pernambuco, de acordo com o registro fotográfico feito por Ricardo Malta em 1984. O caixão é forrado de branco e o traje

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

branco parece sugerir uma roupa de anjo. A “alegria” fica por conta das flores coloridas –, mas o rosto desses pais não demonstra vazão profunda de júbilo. São séculos e séculos de descaso “amontoado”.

Passa-se por um longo período em que a “roupa de Domingar” fatalmente se transformava na roupa fúnebre. A roupa de *domingar* era a roupa de sair aos domingos, ir à missa, encontrar as pessoas nas ruas, conversar... Também chamada de roupa de missa, ainda hoje é empregada a expressão, quando se encontra alguém muito bem vestido: “Vai na missa hoje?”, atestando a beleza e a elegância da roupa.

Era uma roupa na qual se investia dinheiro – peças de boa qualidade, que acabavam durando bastante, por serem usadas apenas uma vez por semana. Assim, muitas pessoas acabavam usando essa roupa na hora da morte.

Hoje em dia, no entanto, há uma crise da religiosidade, aumentada, em muito, pela perda de fiéis da Igreja Católica, dominadora maior da religião no Brasil desde o século XVIII. Há o surgimento e a expansão de novas religiões, com credos e percepções sobre o pós-morte diferenciados. Há uma crença mais generalizada e direcionada apenas para a aquisição de bens terrenos, diminuindo o contato com o divino.

Os donos de funerárias em cidades do interior de São Paulo e Minas relatam que há muito não veem uma preocupação maior com o traje dos mortos. Ao contrário: eles relatam indignação com o pouco caso, não apenas no enterro como depois dele.

As famílias enterram o corpo e depois em meia hora já estão na cabeleireira para ir a uma festa. Na roupa do defunto nem se pensa - a funerária é que, muitas vezes, tenta providenciar alguma coisa. Ou então trazem um terno tão velho, tão sujo, que não há condição de vestir o defunto. Às vezes trazem uma camisa nova, comprada, mas cada vez mais raro. Com relação aos bebês, as mães nem querem saber o que vão vestir. A funerária tem uns paninhos que a gente enrola no bebê para não ser enterrado pelado. Nada disso existe mais, ficou no passado há muito tempo (Depoimentos de funcionários de funerárias em Itatiba, São Paulo e em São João Del Rei, Minas Gerais).

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

A acidez dos depoimentos de diversas pessoas juntados acima revela uma mudança na forma de pensar a transição da vida para a morte.

Encontraram-se também, no entanto, pessoas que manifestaram o desejo de serem enterradas com suas opas, as roupas tradicionais das irmandades religiosas a que pertencem. Não deixa de ser uma manifestação contemporânea que tem origem na Idade Média portuguesa. É algo como: “eu fiz o bem em vida, mereço socorro e salvação no pós-morte”, expressão cunhada por mim.

Também é comum ouvir-se dizer que Pedro foi enterrado com a camisa do Palmeiras, ou que José partiu com a camiseta do Esporte Clube Corinthians. Independente do clube ou credo, parece haver definitivamente uma crise instalada no sistema de crenças.

Considerações finais

Foi em algum momento do século XIX que o tratamento ainda *colonial* que se dava aos ritos mortuários no Brasil mudou – apesar de sermos um Império, com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808. As festas sempre estiveram associadas aos acontecimentos de passagem de brancos, negros e índios brasileiros. “Parabéns da passagem que fez nossa filhinha Maria deste mundo para a vida eterna”, escreveu um senhor de engenho de Itu, conforme relata Reis (1997:96). Há mesmo certa singeleza na mensagem desse pai: a vida era temporária na Terra e eterna no pós-morte.

Há um tanto de encantamento ali como o há no título deste artigo: “não chore que é para não molhar as asas do anjo”. O anjo que vem buscar seu filho para levar, claro, para as hostes celestiais.

Há uma questão, apontada pelo Professor João José Reis, que parece ter muita relação com as mudanças em relação às vivências espirituais da colônia tornada império: é a questão do espaço de sepultamento, que tem muita ligação com a vestimenta usada para o rito funerário. Se, nos séculos anteriores ao XIX, o espaço interno da igreja era usado como espaço de

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

enterro, isso, de certa forma, gerava a necessidade de um traje melhor, já que o morto estaria mesmo aos pés do altar, de Deus e de todos aqueles que o poderiam salvar.

Em 1831, Manuel Maurício de Rebouças defendeu sua tese na Escola de Medicina de Paris, condenando os enterros não só dentro das igrejas, mas também fora delas, nos jardins ou terras coligadas. Ele defendeu a tese de que a solução seria enviar os cemitérios para fora da cidade. Isso, de fato, foi um dos fatores que levaram diversas cidades a reconsiderarem seu modo de sepultamento.

Reis ainda chama a atenção para a importância que as pestes tiveram no Brasil do século XIX, como a epidemia de cólera em 1855-56:

Os mortos, contados aos milhares espalhados entre todas as categorias sociais, já não podiam receber os cuidados que até então os sobreviventes lhes dedicavam para que desfrutassem uma boa morte. (...) Já não se gastava tempo com os mortos, porque eles passaram a ser temidos instrumentos dessa desordem (idem, 140).

Se não havia tempo de pensar no defunto, o que se dirá de seu traje? Essa é apenas mais uma questão suscitadora de pesquisas sobre o traje funerário.

Nossa proposta inicial, de apontar caminhos para os estudos sobre o traje funerário e a importância deles, passou por vários exemplos. Os trajes de morte usados por negros, índios e brancos, se analisados em profundidade e contextualizados sob vários aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais serão importantes instrumentos de reflexão sobre o Brasil e suas especificidades.

Outra perspectiva foi mostrada: como é possível conservar, manter e usar para fins educacionais e formativos os trajes funerários. No nosso caso, por exemplo, recentemente tivemos a abertura dos caixões imperiais de D. Pedro I, Dona Leopoldina e Dona Amélia de Leuchtemberg, sob muitos cuidados, coordenada pela pesquisadora e arqueóloga Valdirene do Carmo Ambiel. Os trajes das senhoras estavam preservados, o que possibilita uma série de estudos sobre eles. Principalmente o de Dona Amélia, que estava em excelentes condições de conservação, pois o corpo fora embalsamado.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

Surge daí uma nova possibilidade: os trajes militares e eclesiásticos que são enterrados junto com seus usuários, que podem ser usados para revelar trajes de períodos históricos distintos do país. Ou mesmo os sapatos das freiras do Mosteiro da Luz, que foram mumificadas naturalmente no século XVIII.

Apesar do negativismo dos nossos entrevistados das funerárias, o caminho para o estudo dos trajes funerários, sejam eles históricos ou contemporâneos, permanece aberto e muito disponível para pesquisadores.

Quem se habilita?

Agradecimentos

Funerária Ordine (Itatiba), Funerária Resende (São João Del Rei)

Referências

BURNS, Stanley. *Sleeping Beauty - Memorial Photography in America*. NY: Twelvetrees Press, 1990.

FLURY-LEMBERG, Mechthild. *Textile conservation and research*. Berna: Abegg Stiftung, 1988.

PREZIA, Benedito. *Esta terra tinha dono*. São Paulo: FTD, 2000.

REIS, João Jose. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Fontes para a história da morte na Bahia do século XIX. *Caderno CRH*, Brasília, DF, 4.15, 20 03 2007. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=377>>. Acesso em: 11 12 2014.

_____. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*, apud NOVAIS, Fernando (org). *História da Vida privada no Brasil*, Volume dois. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 112.

A roupa fúnebre ou Não chore que é para não molhar as asas do anjo
Fausto Viana

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VAILATI, Luiz Lima. As fotografias de "anjos" no Brasil do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2009.

Recebido em 18/07/2015

Aprovado em 06/09/2015